



PSD p. 7

**Presidente**  
Portugal à Frente  
apresenta Comissão  
Política Nacional



PSD p. 10

**PSD**  
Situação na saúde  
é “melhor do que há  
quatro anos atrás”

# POVO LIVRE



nº 1880  
17 de Junho de 2015

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD



## UMA SOCIEDADE AMIGA DAS CRIANÇAS

O Primeiro-Ministro discursa durante a cerimónia comemorativa do 75.º aniversário do Portugal dos Pequenitos, em Coimbra



# Uma sociedade amiga das crianças



Portugal precisa de ter uma sociedade “muito amiga” das crianças. Para o Primeiro-Ministro, que participava em Coimbra, na cerimónia comemorativa dos 75 anos do Portugal dos Pequenitos, “nunca como nos tempos presentes, estamos tão necessitados de poder ter, também em Portugal, uma sociedade muito amiga das crianças”. “Em particular porque nos faltam [as crianças]. Cada vez mais a sociedade portuguesa precisa de inverter esta tendência demográfica recessiva e isso não se faz, em certa medida, sem crianças”.

Pedro Passos Coelho argumenta que as políticas de natalidade “não casam bem” com quem tem da sociedade uma percepção de liberdade “como é em regra, aquela que habita a sociedade portuguesa, nos tempos de hoje”. Desse modo, defendeu que “não faria sentido” apostar em políticas de natalidade “convencendo ou persuadindo as pessoas de que devem ter

filhos”. “O importante é que aqueles que querem ter [filhos] possam encontrar, do lado da sociedade, do lado do Estado, a preocupação em remover os obstáculos que tornarão mais fácil a concretização desses objectivo”, frisou.

Na sua intervenção, numa sessão que decorreu no espaço do parque temático onde está recriado o Paço das Escolas da Universidade de Coimbra, Passos Coelho lembrou ainda o “sonho” de Fernando Bissaya Barreto, enaltecendo a “ampla obra social” do criador do Portugal dos Pequenitos e lembrando que “quis colocar as crianças em lugar de grande destaque”.

Na cerimónia de 8 de Junho, num dos relvados do parque, foi inaugurado um bule, que simboliza uma pequena casa de chá, obra da artista plástica Joana Vasconcelos. Já na zona onde está representada a arquitectura tradicional

portuguesa, foi apresentada uma casa das Aldeias de Xisto da região centro do país.

## Decisão sobre o Metro Mondego não vai depender das eleições

À margem da cerimónia comemorativa dos 75 anos do Portugal dos Pequenitos, o Primeiro-Ministro afirmou que a decisão sobre o sistema de mobilidade do Mondego não vai depender das próximas eleições legislativas, mas espera que possa ser tomada nos próximos meses. Questionado sobre quando será tomada a decisão sobre o futuro da ligação de Coimbra a Serpins, no âmbito do projecto de mobilidade do Mondego (Metro Mondego), Passos Coelho disse esperar que a decisão seja tomada “em breve”. “Não tenho nesta altura um calendário [para a decisão], mas creio que é uma questão de pouco tempo, de poucos meses, para que a questão fique decidida.





Mas não é uma questão que eu esteja a apressar para decidir para as eleições, estamos a falar de programas de investimento que vão de 2014 até 2020". "O mapeamento essencial dos equipamentos ficará decidido nestes meses. Espero que tão cedo quanto possível haja uma resposta, identificando o que é que se pode fazer com o projecto de mobilidade da área do Mondego", adiantou.

O Primeiro-Ministro lembrou que projectos como o do Metro Mondego, de maior dimensão, não podem ser decididos à escala nacional "sem autorização de Bruxelas" e têm de ser articulados com a Comissão Europeia. "São decisões que carecem de ser discutidas, do ponto de vista técnico, de forma individualizada", referiu.

Passos Coelho frisou que o Governo tem várias medidas "relevantes" na área das ligações ferroviárias e que o Metro Mondego é uma delas, mas "não é a mais importante". Adiantou ainda que "há um conjunto de prioridades", desde logo a ligação que considerou como mais importante, entre o Porto de Sines e a fronteira de Caia e daí até Madrid. A segunda mais importante, de acordo com Passos Coelho, é aquela que possibilitará o transporte de mercadorias a partir





do porto de Aveiro, via Salamanca, e outra a requalificação da Linha do Norte, entre o Porto e Lisboa.

“Entre essas muitas prioridades está também o estudo da mobilidade urbana aqui de Coimbra”, disse Passos Coelho, lembrando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro está em negociações com Bruxelas e “a discutir e debater” na região centro “as possíveis soluções” para o sistema de mobilidade do Mondego.

No discurso que proferiu na sessão comemorativa, Passos Coelho aludiu à questão do Metro Mondego em resposta a uma intervenção do presidente da Câmara de Coimbra, Manuel Machado, que lembrou que o actual Governo “deu prioridade” ao transporte ferroviário.

### Vitalidade da agricultura portuguesa

Já em Santarém, o chefe do Executivo elogiou a “vitalidade do tecido empresarial” do sector agrícola e agro-industrial, que não é hoje constituído por “agricultores velhos, cansados e sem imaginação”. Pedro Passos Coelho visitava a Feira Nacional da Agricultura, que decorre até domingo no Centro Nacional de Exposições, em Santarém, realçando que este tem sido um dos sectores mais dinâmicos, “não só na atracção de investimento, como também na geração de valor, de emprego e em ganhos de quotas de exportação”, considerando este um bom exemplo do que o país pode fazer “nas diversas áreas de competição externa”.

“Não temos agricultores, velhos, cansados, sem imaginação. Pelo contrário temos um tecido empresarial com muita vitalidade, com muita ambição, muito acolhedor de inovação e do emprego que vem gerando, vem diferenciando e qualificando cada vez mais e isso são belíssimas notícias”, afirmou. Acompanhado pela ministra da Agricultura e do Mar, o Primeiro-Ministro percorreu o certame, parando demoradamente em conversa com os expositores, durante mais de duas horas e meia.





# Portugal regista um crescimento superior em 50 por cento à zona euro

Portugal conseguiu em termos homólogos registar um crescimento superior em 50 por cento à média da zona euro, o que significa que está em linha com o crescimento registado em toda a União Europeia. “Em termos homólogos, conseguimos ter um crescimento que é 50 por cento superior à média da zona euro, o que significa que quando nos comparamos com os outros países que têm a mesma moeda que nós crescemos a um ritmo superior do que a média e estamos em linha com aquilo que foi o crescimento registado em toda a União Europeia (UE), países do euro e fora do euro”, referiu o Primeiro-Ministro.

meiro trimestre, um mercado muito importante para as exportações portuguesas, “conseguimos compensar esse efeito exportando para a UE”.

## Está nas mãos dos que tomam decisões fomentar mais a ciência

Segundo o Primeiro-Ministro, está nas mãos dos que tomam decisões fomentar ainda mais a ciência e acrescentou que é isso que o Governo tem feito. “Nunca o mundo teria chegado onde chegou se não fosse a descoberta que nos é dada pela ciência. Está nas mãos dos que tomam decisões fomentar ainda mais a ciência. É o

que temos feito com a ajuda da Fundação Ilídio Pinho”, disse Pedro Passos Coelho. O chefe do executivo falava em Castelo Branco, onde presidiu à cerimónia de entrega do prémio “Fundação Ilídio Pinho - Ciência na Escola”.

O Primeiro-Ministro recordou ainda que a Fundação Ilídio Pinho tem tido uma “enorme responsabilidade” ao longo dos anos para que este projecto pudesse ser desenvolvido, mobilizando escolas, estudantes e professores. O presidente da fundação, Ilídio Pinho, disse que a ciência é o futuro e adiantou que a presença do Primeiro-Ministro na cerimónia “significa que está ao lado do ‘Ciência na Escola’”. “O que aconteceu nos anos anteriores [o prémio vai na 12.ª edição], significa que Portugal ganhou o campeonato da ciência. O ‘Ciência na Escola’ é o caminho”, sublinhou.

Na 12.ª edição do prémio “Fundação Ilídio Pinho - Ciência na Escola”, o Agrupamento de Escolas de Arouca venceu o 4.º escalão (ensino secundário) com o projecto neuro-teste, sendo o segundo lugar ocupado pelo Agrupamento de Escolas Belchior Viegas (S. Brás de Alportel) e o terceiro lugar pelo Colégio Luso-Francês do Porto.

No terceiro escalão, dedicado aos alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, o Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia (Peniche) arrebatoou o primeiro lugar, sendo secundado pelo Agrupamento de Escolas de São Gonçalo (Torres Vedras) e pela Escola Profissional de Aveiro.

A Escola Casa Nossa Senhora do Rosário, da Figueira da Foz, venceu o primeiro escalão, destinando às crianças do pré-escolar. O segundo lugar foi ocupado pelo Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro (Idanha-a-Nova) e o terceiro classificado foi a Escola Divertiláxia, da Praia da Vitória (Açores).

Nesta edição do prémio “Fundação Ilídio Pinho - Ciência na Escola” candidataram-se no início do ano lectivo 856 projectos aos quatro escalões, sendo que destes passaram à fase final 313 projectos, 24 dos quais foram distinguidos em Castelo Branco. O montante global dos prémios distribuídos este ano atingiu os 286 mil euros, sendo que 150 mil euros foram destinados aos 24 projectos distinguidos e a restante verba foi atribuída na primeira fase.



Pedro Passos Coelho comentava em Castelo Branco o crescimento de 1,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao trimestre homólogo e aos 0,4 por cento de crescimento face ao trimestre anterior. Neste sentido, realçou a importância destes indicadores, visto que durante muitos anos Portugal esteve no euro “e esteve sempre a divergir”.

“Quer dizer [que o país] cresceu menos em média do que os seus parceiros, o que significa que ficamos relativamente mais pobres do que eles durante quase 10 anos”, sublinhou.

Referiu-se ainda aos dados relevados no boletim económico do Banco de Portugal (BdP). “Soubemos ontem [segunda-feira] através do boletim económico do BdP, que este crescimento tem vindo a resultar de um aumento do rendimento gerado do emprego”, revelou.

Passos Coelho adiantou ainda que “isso ajudará também a explicar um pouco os números das exportações de bens”. “Não é ainda as exportações de bens e serviços, trata-se apenas de exportações e importações de bens e houve realmente um crescimento assinalável dessas exportações”, referiu.

Isto significa, segundo o governante, que mesmo atendendo aquilo que se passou com Angola no pri-







Défice será inferior a 3 por cento

À margem da inauguração da Festa da Cereja, Fundão, dia 13, o Primeiro-Ministro garantiu que “os resultados que temos vindo a observar, quer em termos de execução orçamentar quer em termos de evolução da actividade económica, reforçam a nossa ideia de que o resultado que esperamos de ter um défice abaixo dos 3 por cento está perfeitamente ao nosso alcance sem necessidade de novas medidas”. Pedro Passos Coelho reiterou que o Governo está “absolutamente comprometido” em ter um défice “claramente inferior” a 3 por cento, objectivo para o qual prosseguirá “um caminho de consolidação orçamental e de declínio da dívida pública”.

“Se não mantivermos a mesma determinação em diminuir esse endividamento, essa responsabilidade perante terceiros, e se não mantivermos o nosso propósito de rigor e de disciplina, claro que o nosso futuro será menos risonho do que aquilo que nós gostaríamos que fosse”, fundamentou, reiterando que tal não implicará novas medidas. “É nossa convicção de que a meta do défice prevista pelo Governo será atingida sem novas medidas”, reafirmou.

### Presidenciais após as legislativas

“As eleições presidenciais não estão no meu horizonte nesta altura. Tive ocasião já de dizer que só depois das eleições legislativas é que tenciono pronunciar-me sobre as questões relacionadas com as eleições presidenciais”, afirmou Passos Coelho, quando questionado sobre uma notícia que especulava o eventual apoio a Fernando Nogueira. Pedro Passos Coelho foi categórico: “Estou totalmente focado, enquanto líder do PSD, na preparação das eleições legislativas”, reiterou, acrescentando que tal se aplica a todos os outros nomes, designadamente a Alberto João Jardim, que na quinta-feira também admitiu a possibilidade de ser candidato.



Durante a intervenção oficial, o Primeiro-Ministro destacou o trabalho feito e sublinhou que tal também pode contribuir para a coesão territorial, a qual considerou que também poderá se conseguida através dos fundos específicos para os Territórios de Baixa Densidade, que vão abrir a curto prazo.

### Privatização da TAP concluída tão depressa quanto possível

“Portanto julgo que foi uma boa decisão e espero que agora possamos andar tão depressa quanto possível na conclusão de todo este processo de maneira a clarificar o futuro da empresa, a dar estabilidade aos trabalhadores, a dar estabilidade aos operadores económicos e a

conseguir também atrair mais confiança sobre a própria empresa”, disse.

Questionado sobre as críticas da oposição e a eventual reversão do processo, Passos Coelho lembrou que “pelo menos desde 1997” todos os governos sabiam que “a TAP não podia permanecer como estava”, defendeu que de cada vez que se adiava a solução se agravavam os problemas e recordou que a venda já estava prevista no memorando de entendimento que foi negociado pelo PS. “Há quase 18 anos que o país anda a ver se consegue ter uma solução para a TAP, nós conseguimos ter uma solução que é inequívoca (...), que dá confiança à empresa e que permite que a dívida bastante grande que a empresa tem, possa vir a ser de alguma maneira reestruturada e resolvida”, concluiu.



# Portugal à Frente apresenta Comissão Política Nacional

A coligação entre o PSD e o CDS-PP para as eleições legislativas, designada “Portugal à Frente”, apresentou, dia 11 de Junho, a Comissão Política Nacional. Integra treze dirigentes de cada partido e seis “personalidades convidadas”. Este órgão executivo da coligação, chefiado pelos presidentes do PSD, Pedro Passos Coelho, e do CDS-PP, Paulo Portas, reuniu-se pela primeira vez, num hotel de Lisboa.

A lista de “personalidades convidadas” inclui a reitora da Universidade de Évora, Ana Maria Costa Freitas, o presidente da Associação Comercial do Porto, Nuno Botelho, e o vice-presidente do Conselho Económico e Social Europeu Gonçalo Lobo Xavier - que é militante do CDS-PP. Carlos Gomes Nogueira, gestor, Patrícia Salvação Barreto, membro do conselho de administração da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea “Colecção Berardo”, e Rita Valadas, administradora do Departamento de Acção Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, completam essa lista.

A Comissão Política Nacional da coligação “Portugal à Frente” inclui dez dirigentes nacionais e três dirigentes das estruturas autónomas de juventude, de trabalhadores e de autarcas de cada um dos partidos. Destes 26 elementos, seis têm funções específicas. O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, é director de campanha, e a vogal da Comissão Política do CDS-PP, Cecília Meireles, é directora de campanha adjunta.

O secretário-geral do CDS-PP, António Carlos Monteiro, é mandatário financeiro, e o secretário-geral adjunto do PSD, Lélío Lourenço, é mandatário financeiro adjunto. O vice-presidente do PSD, José Matos Correia, e a vice-presidente do CDS-PP, Assunção Cristas, são responsáveis pelo programa eleitoral.

“Este primeiro encontro serviu para analisar a situação política e para reiterar o vínculo da coligação aos princípios e valores já anunciados aquando do acordo de coligação, e ainda da carta de garantias e das linhas gerais de orientação para a elaboração do programa eleitoral”, refere um comunicado conjunto.

No mesmo documento, PSD e CDS-PP comprometem-se com a “prestação de contas do trabalho realizado pelo Governo de coligação” - que defendem ter dado “bons resultados” - e com a “audição dos portugueses na preparação do programa eleitoral para as eleições legislativas”.

A coligação “Portugal à Frente” reafirma que fará “uma campanha pela positiva e assente em propostas exequíveis e concretas” e, para a próxima legislatura, promete “prioridade à criação de emprego e à coesão social”, com “responsabilidade, rigor e prudência” e sem “facilismos”.

A coligação iniciou no sábado um conjunto de sessões temáticas, sob o lema “Portugal no caminho certo”, destinadas a fazer um balanço da governação e recolher contributos para o seu programa eleitoral. Nestas sessões fez-se a prestação de contas do trabalho efectuado nos últimos quatro anos de Governo, bem como a recolha de contributos para o programa eleitoral em que estamos a trabalhar.

## Comunicado da Comissão Política Nacional da Coligação Portugal à Frente

«A Comissão Política Nacional da Coligação Portugal à Frente reuniu-se hoje, em Lisboa, tendo sido presidida pelos líderes do PSD e do CDS-PP, respectivamente Dr. Pedro Passos Coelho e Dr. Paulo Portas. Importa destacar que esta Comissão integra a participação de 6 personalidades independentes ou sem ligação a direcções partidárias: Ana Costa Freitas, Carlos Nogueira, Nuno Botelho, Patrícia Salvação Barreto, Rita Valadas e Gonçalo Lobo Xavier.

Este primeiro encontro serviu para analisar a situação política e para reiterar o vínculo da Coligação aos princípios e valores já anunciados aquando da subscrição do acordo de coligação, e ainda da Carta de Garantias e das Linhas Gerais de Orientação para a elaboração do Programa Eleitoral.

Neste encontro da Comissão Política Nacional da Coligação foram ainda renovados os compromissos, quer de prestação de contas do trabalho realizado pelo Governo da Coligação, quer da audição dos Portugueses na preparação do programa eleitoral para as eleições legislativas.

Desta forma, vamos realizar um conjunto de sessões temáticas, sob o lema “Portugal no caminho certo”, que se iniciarão no próximo sábado e decorrerão durante as próximas semanas. Nestas sessões vai fazer-se a prestação de contas do trabalho efectuado nos últimos



quatro anos de Governo, bem como a recolha de contributos para o Programa Eleitoral em que estamos a trabalhar.

Garantimos que tudo faremos para que os bons resultados que estão em curso em Portugal não sejam postos em causa. Por isso, rejeitamos liminarmente facilitismos e mantemos uma postura de responsabilidade, rigor e prudência.

Usaremos, na próxima Legislatura, o trabalho e o rigor que marcaram os 4 anos de governação, para consolidarmos um país capaz de continuar a dar melhores condições de vida aos portugueses, atendendo com prioridade à criação de emprego e à coesão social, mantendo ainda a aposta no rigor das contas públicas, bem como o foco no aumento do crescimento económico já em curso.

Mantemos firmemente o compromisso de fazer uma campanha pela positiva e assente em propostas exequíveis e concretas, como sempre temos feito.

Os Portugueses sabem que podem contar com a Coligação Portugal à Frente para continuar a manter o País no caminho certo».

**Lisboa, 11 de Junho de 2015**



## PORTUGAL À FRENTE - Composição da Comissão Política Nacional

**PRESIDENTES:**

Pedro Passos Coelho  
Paulo Portas

**MEMBROS DA DIRECÇÃO DO PSD E CDS:**

Marco António Costa  
Jorge Moreira da Silva  
Pedro Mota Soares  
Nuno Melo  
Teresa Leal Coelho  
Pedro Pinto  
Carlos Carreiras  
Telmo Correia  
João Almeida  
Adolfo Mesquita Nunes

**SECRETÁRIOS-GERAIS:**

José de Matos Rosa  
António Carlos Monteiro

**PROGRAMA ELEITORAL:**

José Matos Correia  
Assunção Cristas

**LÍDERES PARLAMENTARES:**

Luis Montenegro  
Nuno Magalhães

**DIRECTORA CAMPANHA ADJUNTA:**

Cecília Meireles

**MANDATÁRIO FINANCEIRO ADJUNTO:**

Lélio Lourenço

**PERSONALIDADES CONVIDADAS:**

Ana Costa Freitas  
Carlos Nogueira  
Gonçalo Lobo Xavier  
Nuno Botelho  
Patrícia Salvação Barreto  
Rita Valadas

**ESTRUTURAS AUTÓNOMAS:**

JSD – Simão Ribeiro  
JP – Miguel Pires da Silva  
TSD- Pedro Roque  
FTDC – Maria Reyna  
ASD – Álvaro Amaro  
AP – Domingos Doutel



# Determinação para reduzir o endividamento

Depois de ouvir uma exposição sobre a evolução e posição actual do grupo Pestana no sector da hotelaria e turismo, o Primeiro-Ministro fez uma intervenção de cerca de meia hora, aproveitando para agradecer a oportunidade de visitar a nova Pousada de Lisboa, no Terreiro do Paço, em Lisboa, dia 11 de Junho. "A minha presença aqui é com o propósito de trazer este reconhecimento público ao grupo Pestana e agradecer a toda a sua equipa", afirmou Passos Coelho. "O Governo reconhece o trabalho que têm realizado, a forma como têm acreditado em Portugal e como têm ajudado a qualificar toda a oferta turística", acrescentou.

Em seguida, a propósito do nível das taxas de juro que o grupo Pestana pagou nos primeiros anos de assistência externa, referindo que "chegaram a ter 'spreads' de cerca de 6 por cento", o Primeiro-Ministro defendeu que é preciso prosseguir a actual política económica e financeira, para evitar "regressar a um tempo como esse".

Pedro Passos Coelho advertiu para o perigo de Portugal voltar "a ter um período com este tipo de perturbação, com esta fragmentação financeira, em que os agentes económicos são fortemente penalizados no custo do financiamento". O Primeiro-Ministro sustentou

que, para afastar esse cenário, é necessária "uma determinação muito clara em prosseguir este caminho", que descreveu como "de desalavancagem financeira, de desendividamento público e privado".

Contudo, ressaltou que há factores que Portugal não controla: "Não sabemos o que é que pode acontecer no mundo, ou na Europa nos próximos meses, nos próximos anos".

Passos Coelho considerou também que, no quadro da União Europeia, é preciso "andar mais depressa dentro do processo de criação de união bancária", reiterando a defesa de uma "garantia de depósitos comum" e de um "esquema comum de insolvência".





Ciclo de conferências “Estado Social e Demografia”

# Situação na saúde é “melhor do que há quatro anos atrás”

“Uma das maiores tolices na área da saúde é dizer que houve cortes cegos. Os cortes foram totalmente assimétricos, cerca de dois terços da despesa que foi reduzida foi na área da indústria farmacêutica, das farmácias, dos grossistas e dos dispositivos clínicos, ou seja, nos sectores mais fortes”, sustentou Paulo Macedo, que participava no âmbito do Ciclo de conferências “Estado Social e Demografia”, promovida pela coligação PSD/CDS-PP, no Porto, sábado.

Na sua intervenção, durante a qual se propôs “prestar contas” ao trabalho feito nos últimos quatro anos na área da saúde, Paulo Macedo assegurou ainda que, se há cortes que são para ir eliminando como os dos salários e remunerações outros há que são para manter. “Infelizmente - acrescentou o ministro - também tivemos que reduzir noutras áreas, como por exemplo nas remunerações dos profissionais da saúde”, mas esse corte “foi transversal à função pública”.

“Há cortes que nós queremos e que há um compromisso de repor, designadamente salários e remunerações, em queremos voltar à situação em que estávamos; [mas] há outros cortes que, claramente, não queremos minimamente repor: margens excessivas, cortes na fraude, cortes no desperdício...mas quem é que pede para repor isso? Só quem está totalmente desfasado da realidade”, afirmou.

Asseverando que nos últimos quatro anos esteve sempre patente “uma grande preocupação com a equidade”, o ministro da Saúde destacou como exemplo o facto de se terem aumentado as taxas moderadoras, “mas cuidando que elas nunca estivessem a financiar o sistema, porque nunca chegaram sequer a 3 por cento da despesa”, e salientou que “mais de 60 por cento da população portuguesa” se encontra isenta.



Paralelamente, Paulo Macedo referiu a redução média de 30 por cento do preço dos medicamentos - uma medida que diz ter sido “claramente da responsabilidade deste Governo, porque sobre ela o memorando da ‘troika’ tinha zero” -, sem a qual, num período de crise, se teria

gerado “um problema de saúde pública muitíssimo mais significativo”.

Descrevendo os últimos quatro anos como tendo sido “totalmente distintos de todos os outros, num período completamente anormal”, o ministro da Saúde garantiu







não ter “vergonha, mas gosto”, em “prestar contas” sobre a obra feita. “Neste quatro anos, de uma forma inequívoca reforçámos o Serviço Nacional de Saúde, com a abertura de hospitais e o reforço de cuidados primários. É inequívoco que há também uma maior solvência dos hospitais, que hoje em termos de situação económico-financeira conseguem responder melhor do que há três ou quatro anos atrás”, afirmou.

Adicionalmente, disse, existem hoje no sistema “claramente mais médicos, mais horas de enfermeiro e mais horas de profissionais de saúde”, sendo esta “claramente a área que recruta mais em Portugal, seja na esfera privada, pública ou social”.

“Houve também aumento da produção assistencial (com menor número de portugueses que há quatro anos, temos mais cirurgias e consultas não presenciais), conseguimos reforçar carreiras (houve progressões, ainda que limitadas) e, em termos de inovação. Em 2014 introduzimos no mercado mais de 23 novas moléculas”, acrescentou.

Paulo Macedo salientou ainda que “o SNS continua a ser financiado, por opção política desta maioria, de forma solidária através dos impostos dos portugueses”, mantendo-se esta orientação “no programa para próximos quatro anos desta maioria”.

Numa referência à “área essencial dos médicos de família”, o ministro da Saúde reiterou o “desiderato de ter médico de família para todos os portugueses”, salientando que o actual Governo diminuiu de cerca de 2,1 milhões para 1,2 milhões o total de portugueses sem médico de família atribuído. E, adiantou, “com a colocação dos médicos este ano o número baixará para cerca de 500/600 mil pessoas”, ou seja, haverá “no final do ano/princípio de 2016 uma redução de mais de um milhão de pessoas que deixaram de não ter médico de família”.

A este propósito, Paulo Macedo apontou a “ambição” constante do programa do Partido Socialista de atribuir médicos de família a mais 500 mil pessoas nos próximos quatro anos. “Ora, mais 500 mil pessoas conseguimos nós neste período de maior crise, em que houve uma das maiores concentrações de reformas antecipadas de médicos de sempre”.





## Governo lança aplicação para melhorar organização da administração pública

O ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional defendeu, na apresentação da plataforma digital “Mapa do Cidadão”, com informação sobre serviços públicos, que a administração pública “tem de se organizar” para os cidadãos. “É a administração pública que tem de se organizar em função do cidadão e não o cidadão que tem de se organizar em função da forma como a administração pública está estruturada e existe”, afirmou o ministro Miguel Poiães Maduro, 8 de Junho.

A plataforma “Mapa do Cidadão”, disponível na Internet, dispõe de uma aplicação para ‘smartphones’ e ‘tablets’, com informação sobre os serviços públicos, e a partir do início de Julho permitirá obter uma senha de atendimento nas lojas e espaços do Cidadão e controlar o tempo de espera.

A aplicação já permite saber, no telemóvel, a localização do serviço mais próximo para pedir o Cartão do Cidadão, com os contactos e o horário de funcionamento, além de conhecer quantas pessoas estão à espera, que senha está a ser chamada e quanto tempo esperou a última pessoa a ser atendida.

Segundo Pedro Silva Dias, presidente da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), a partir da “primeira semana de Julho” passará a ser possível aos utilizadores obterem uma senha para os diversos serviços públicos instalados nas lojas e espaços do Cidadão e acompanharem a evolução do atendimento.

O presidente da AMA frisou que a aplicação se insere na política de desenvolvimento do Portal do Cidadão, tirando partido da existência de mais de quatro milhões de utilizadores de ‘smartphones’, com o mapeamento de esquadras da PSP, serviços de finanças, tribunais e, em breve, de estabelecimentos de ensino.

“É necessária uma administração pública mais integrada, entre os diferentes serviços públicos, entre a

administração central e a administração local”, sublinhou Miguel Poiães Maduro, acrescentando que se trata de mais uma ferramenta para uma administração “mais digitalizada e mais próxima” do cidadão.

Para Poiães Maduro, a reorganização de toda a rede de serviços de atendimento no território, quer a parte física, quer a parte da mobilidade, “vai levar à integração progressiva dos serviços públicos em Lojas do Cidadão”.

“O espaço do cidadão, esta rede complementar, não tem apenas a vantagem adicional de trazer maior proximidade aos cidadãos, que estão em locais onde a administração pública nunca esteve, quer em espaços urbanos, ao nível do bairro, quer em meios de baixa densidade”, venceu o ministro.

O desenvolvimento da plataforma “Mapa do Cidadão”, com um investimento de cerca de 50 mil euros, complementa o projecto-piloto do programa Aproximar, que envolve quatro dezenas de municípios, e que visa a instalação de espaços e lojas do Cidadão por todo o país.

Num futuro próximo, a aplicação poderá integrar informação do Ministério da Saúde sobre os tempos de espera nas urgências das unidades de saúde, adiantou o secretário de Estado. A aplicação vai estar disponível para telemóveis que usem o sistema “android”, iOS ou “Windows Phone”, e permite pesquisar por entidades, serviços prestados ou serviços em localizações geográficas, possibilitando a introdução de diferentes filtros, nomeadamente com a distância e categoria.

A informação disponibilizada em tempo real sobre as senhas de atendimento nos diversos serviços é baseada no Sistema Integrado de Gestão de Atendimento (SIGA), utilizado pelas Lojas do Cidadão.

### Redução da dívida dos municípios deve-se em boa parte ao Governo

Miguel Poiães Maduro sublinhou que, nos últimos quatro anos, os municípios baixaram o seu endividamento em mais de 30 por cento, reduziram em mais de 70 por cento os pagamentos em atraso e ainda tiveram excedentes orçamentais. “Uma boa parte do mérito destes resultados tem de ser encontrado nas reformas promovidas pelo actual Governo”, enfatizou, reconhecendo que para aquele desempenho contribuiu também o “esforço” dos autarcas.

O ministro falava durante a apresentação dos resultados preliminares do estudo de Monitorização das Receitas e das Despesas dos Municípios Portugueses, adjudicado pela Direcção Geral das Autarquias Locais à Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, em Braga.

Segundo o estudo, a dívida dos municípios baixou de 8 mil milhões de euros, há três anos, para 6 mil milhões. “O estudo confirma a justeza de algumas das reformas empreendidas. É claro no estudo a correlação entre as reformas empreendidas por este Governo e a situação muito positiva de reequilíbrio financeiro dos municípios ao longo destes quatro anos”.

O governante defendeu que, nos próximos anos, os municípios, em particular, e o país, em geral, terão de apostar “menos no betão e mais no domínio imaterial”, particularmente na inclusão social e na valorização e competitividade económica dos seus territórios. “São estes dois factores que vão permitir ao país voltar a convergir com a Europa”, referiu.

No dia em que se assinala o 30.º aniversário da adesão de Portugal à então designada Comunidade Económica Europeia, Poiães Maduro lembrou que o país convergiu com a Europa no primeiro terço, divergindo nos restantes dois terços.



## Economistas melhoram previsões para o crescimento do PIB de Portugal

Os economistas nacionais e internacionais que acompanham a economia portuguesa estão mais optimistas com a evolução da actividade económica, tendo revisto em alta as suas projecções para o crescimento do PIB este ano, mantendo a perspectiva de ligeira aceleração em 2016. O inquérito trimestral da Bloomberg junto de 25 economistas aponta para que o PIB de Portugal vai crescer 1,7 por cento este ano, mais duas décimas dos que as projecções anteriores destes mesmos economistas. Para 2016 e 2017 as estimativas ficaram inalteradas, com o crescimento do PIB a acelerar para 1,8 por cento em 2016 e a perder velocidade em 2017 (+1,6 por cento). Estas estimativas estão em linha com as projecções do Governo e de várias entidades, que apontam para taxas de crescimento em Portugal este ano entre 1,5 e 2 por cento. Na semana passada o Banco de Portugal manteve inalterada a sua previsão de crescimento do PIB de 1,7 por cento este ano.

Alguns economistas inquiridos pela Bloomberg também avançam com estimativas para a evolução trimestral do PIB, sendo que a média das projecções apontam para crescimentos de 0,5 por cento no segundo trimestre, mais uma décima do que a estimativa anterior.

Quanto à taxa de desemprego, as estimativas apontam para uma descida para 13,2 por cento este ano e 12,6 por cento em 2016. O défice orçamental deverá ficar em 3,1 por cento do PIB este ano e 2,5 por cento em 2016. No que diz respeito à taxa de inflação, os economistas reviram em alta as suas projecções, antecipando que atinja 0,3 por cento este ano e 1 por cento em 2016.

## Bruxelas quer poupanças com juros “plenamente utilizadas para reduzir défice”

A Comissão Europeia defende que as poupanças que Portugal obtiver com a redução dos pagamentos de juros dos empréstimos devem ser “plenamente utilizadas para reduzir o défice e a dívida”. Numa declaração conjunta com o BCE, divulgada dia 12 de Junho, em Bruxelas, na sequência da segunda missão de monitorização pós-programa, o executivo comunitário é menos crítico do que após a primeira missão, considerando que as condições económicas e financeiras de Portugal “melhoraram desde a conclusão da primeira missão de supervisão pós-programa”, no Outono de 2014.

Começando por referir que “a melhoria do crescimento económico e condições de crédito mais favoráveis estão a apoiar as finanças públicas”, a Comissão lembra que “o Governo prevê um défice orçamental nominal de 2,7 por cento do PIB em 2015, enquanto a missão projecta 3,1 por cento”. “As poupanças induzidas pela descida do pagamento de juros, em resultado de condições de financiamento favoráveis, devem ser plenamente utilizadas para reduzir o défice e a dívida”, defende então a Comissão Europeia, referindo-se às poupanças que o reembolso antecipado ao FMI representará para os cofres públicos portugueses.

A Comissão sublinha que “o rácio da dívida pública em relação ao PIB, que ascendia a 130 por cento no final de 2014, deverá ter atingido o seu nível máximo e encontrar-se numa trajetória descendente a partir de 2015”, mas sublinha que “a prossecução das reformas em matéria de gestão das finanças públicas será importante para continuar a reforçar o controlo dos riscos orçamentais”.

Na análise a esta missão conjunta de técnicos da Comissão e do BCE, que “também revestiu a forma de acompanhamento específico no quadro do procedimento da UE relativo aos desequilíbrios macroeconómicos”, refere ainda que “o sector bancário português continua a desalavancagem, num contexto de melhores condições de liquidez”. Segundo a Comissão, “é necessário acelerar as reestruturações dos empréstimos às empresas, apoiadas por uma supervisão contínua do funcionamento do enquadramento reforçado para a reestruturação da dívida das empresas, também com vista a aumentar ainda mais a capacidade de resiliência de todo o sistema bancário”.

## Conselho de Ministros de 11 de Junho de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou a selecção do agrupamento que irá adquirir as acções representativas de 61% do capital social da TAP Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., as quais constituem objecto da venda directa de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa.

Foi seleccionado o agrupamento Gateway, constituído pela sociedade HPGB, SGPS e pela DGN Corporation, atendendo ao maior mérito da sua proposta, em especial no que respeita à contribuição para o reforço da capacidade económico-financeira do Grupo TAP, ao projecto estratégico apresentado e ao valor global apresentado para a aquisição das acções representativas do capital social da TAP SGPS, S.A., e respectivas opções de venda e compra.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que fixa as novas taxas de IVA a vigorar na Região Autónoma dos Açores, na sequência da aprovação do respectivo decreto legislativo regional pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim, relativamente às operações que, de acordo com a legislação especial, se considerem efectuadas na Região Autónoma dos Açores, passam a ser aplicadas taxas de 4% e de 9%, respectivamente, nos bens e serviços sujeitos a taxa reduzida (enquadradas na lista I anexa ao Código do IVA) e nos bens e serviços sujeitos a taxa intermédia (enquadradas na lista II anexa ao Código do IVA).

3. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime do preço fixo do livro, de forma a actualizar a matéria conceptual, consagrando práticas proibidas e modificando o regime sancionatório.

A maior clarificação e aprofundamento, passam, designadamente, por diferenciar as iniciativas de relevância comercial, agora designadas mercado do livro, das iniciativas de natureza cultural, que mantêm a denominação de feira do livro.

Por outro lado, clarificam-se também as regras e os mecanismos de fixação e modificação de preços, desmaterializando as comunicações associadas e possibilitando aos órgãos de fiscalização um controlo efectivo deste tipo de mercado.

Este diploma permite promover a concorrência entre os retalhistas da rede livreira, assegurando a diversidade cultural, o acesso à cultura e ao livro.

4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que estabelece as normas sobre o recrutamento para as equipas de zona de vigilância nas escolas.

Esta alteração visa facilitar a contratação de elementos para o desempenho das funções de chefes de equipa de zona e de vigilantes para integrarem as equipas de vigilância, bem como permitir a renovação das comissões de serviço, de modo a assegurar a continuidade da actividade de vigilância das escolas.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao diploma que estabelece o regime jurídico da qualidade e segurança do sangue humano e dos componentes sanguíneos, de forma a transpor uma directiva da União Europeia no que se refere aos critérios de suspensão temporária de dadores de sangue relativamente a dadoras homólogas.

A actualização visa a manutenção de um período de suspensão de 28 dias para o dador que abandonar uma zona de risco do vírus da febre do Vale do Nilo contraído localmente, mas esse período deixa agora de ser necessário se se verificar que o teste do ácido nucleico (TAN) individual é negativo.



A autoridade competente, responsável pela verificação do cumprimento dos requisitos técnicos em matéria de qualidade e segurança do sangue humano é a Direcção-Geral de Saúde.

6. O Conselho de Ministros determinou o encerramento do Programa e-escola, gerido pela FCM, Fundação para as Comunicações Móveis, e autoriza a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro da Economia a procederem à celebração dos acordos finais de fecho de contas entre o Estado, os Operadores Móveis envolvidos no Programa e-escola e a FCM.

A FCM é, assim, dotada dos meios necessários para saldar o montante em dívida pelo Estado aos operadores móveis no âmbito do programa e-escola, que decorreu do concurso para a atribuição de licenças UMTS.

Os montantes em causa são provenientes dos resultados líquidos da Anacom que constituem receita geral do Estado.

Encontrando-se cumpridas as obrigações dos Operadores Móveis e regularizadas as contas do Programa e-escola, procede-se desde já ao encerramento deste programa (e-escola e e-escola 2.0) e determina-se a subsequente extinção da FCM.

7. O Conselho de Ministros autorizou a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana a realizarem a despesa com a aquisição de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento públicos e a granel, no âmbito do acordo quadro da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.

A despesa reporta-se ao triénio 2016 a 2018 e o montante máximo autorizado é de aproximadamente 42,9 milhões de euros, a repartir de igual forma pelos três anos.

8. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do director clínico do conselho de administração do Hospital de Santa Maria Maior, E.P.E..

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre esta nomeação.

## António Marques Mendes (1934-2015)

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses propôs ao PSD um “pacto de regime” para a justiça, que os sociais-democratas acolheram, considerando a proposta uma validação das reformas efectuadas pelo Governo na área. “Quisemos apresentar um projecto no qual queremos começar a trabalhar para a justiça. Queremos tirar a justiça do plano partidário e pormos a justiça no plano suprapartidário, apelando a todos os partidos políticos que entrem num diálogo alargado e seja possível um pacto para a justiça”, disse à Lusa Maria José Costeira, presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

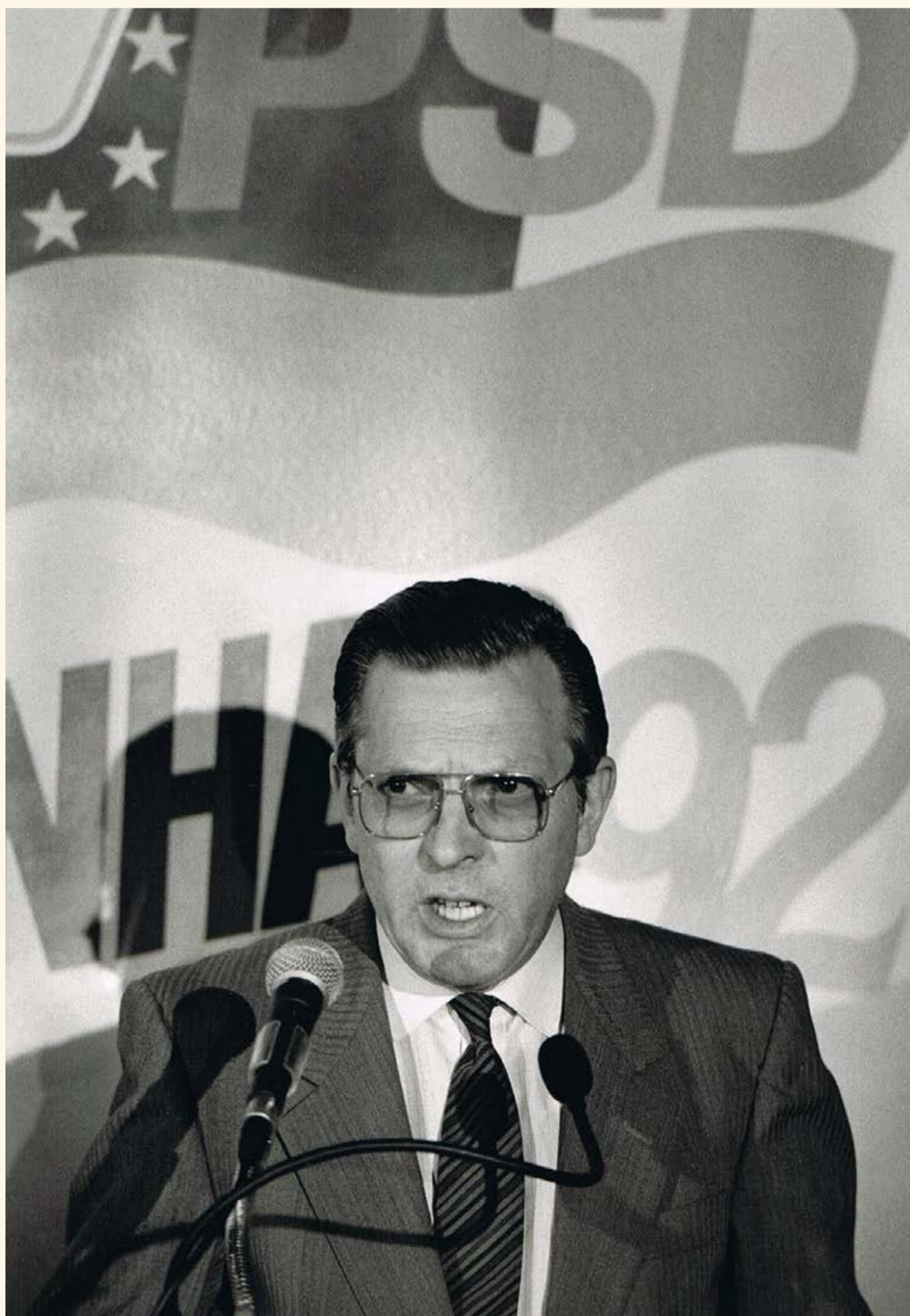
A associação esteve reunida dia 29, em Lisboa, num encontro a pedido da estrutura representativa dos juizes, cuja direcção tomou posse recentemente, tendo proposto reuniões a todos os partidos com representação parlamentar.



“A justiça é um pilar do Estado Direito, é suprapartidária, deve ser tratada em termos de consensos alargados. Tudo o que seja uma questão de fundo relacionada com a justiça deve ser tratada com o maior consenso político e não se fazerem grandes reformas ou alterações ao sistema sem um consenso alargado”, sublinhou Maria José Costeira.

A associação foi recebida pelo vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional e porta-voz do PSD, Marco António Costa, e pela vice-presidente do partido Teresa Leal Coelho.

Teresa Leal Coelho considerou a proposta da Associação Sindical dos Juizes como um voto de confiança na “reforma profundíssima” que considera ter sido feita nos últimos quatro anos, para “que não venha a ser destruída no futuro precisamente por os ciclos eleitorais poderem trazer recuos ou tentativas de marca própria no sector da justiça”.





Dia de Portugal

# “Discurso do Presidente da República foi um reconhecimento justo ao povo português”

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, considera que o discurso do Presidente da República, na sessão solene comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas traduziu-se num “reconhecimento justo” aos portugueses pela tenacidade demonstrada nos últimos anos. Questionado sobre as críticas feitas pela oposição de que se tratou de “um discurso totalmente colado” ao Governo e “partidário”, Luís Montenegro disse achar “um pouco incompreensível essa consideração”. “Foi um discurso que mostrou um reconhecimento justo, se não mesmo uma gratidão muito justificada ao povo português, às famílias portuguesas e às empresas portuguesas, pela capacidade, pela tenacidade que denotaram ao longo dos últimos anos”, afirmou Montenegro, à saída do Centro Multusos de Lamego, onde decorreu a cerimónia.

Na sua opinião, os portugueses ultrapassaram “uma situação que era de facto dramática, de emergência financeira, económica e também social”. “Esse é um primeiro aspecto muito relevante e não me parece que possa merecer uma crítica, ou mesmo uma desilusão, por parte de nenhum agente político, seja ele apoiante do Governo ou da oposição”.

De acordo com Luís Montenegro, por outro lado este é também um discurso que induz confiança na capacidade dos portugueses relativamente ao futuro. “Induz também e comporta um apelo ao bom senso das escolhas que o país terá de continuar a fazer no futuro para não desbaratar esse esforço que foi feito ao longo dos últimos anos”, acrescentou.

O presidente do grupo parlamentar do PSD afirmou que “os objectivos que o Presidente da República elencou que devem ser cumpridos nos próximos anos são o



sustentáculo do desenvolvimento económico do país, da criação de emprego”, da afirmação da capacidade e da competitividade da economia portuguesa. “Para podermos continuar a ter crescimento económico e recuperação social, que é aquilo que move qualquer agente político, sendo ele do Governo ou da oposição”.

Por isso, frisou que “estar a dar esse carácter partidário” às palavras de Cavaco Silva “é querer desviar a atenção para um discurso que é realista, independentemente das posições políticas que afastam os diversos partidos e os diversos agentes políticos”.

“A verdade é que o senhor Presidente da República

demonstrou com um detalhe assinalável que Portugal tem capacidade para poder ser competitivo, para poder gerar desenvolvimento na sua população e nos seus principais desígnios nacionais”, enalteceu.

O Presidente da República afirmou que, apesar do longo caminho a percorrer, existem “fundadas razões” para optimismo por parte dos portugueses. “Da mesma forma que nunca vendi ilusões ou promessas falsas aos portugueses, digo claramente: não contem comigo para semear o desânimo e o pessimismo quanto ao futuro do nosso país. Deixo isso aos profissionais da descrença e aos profetas do miserabilismo”, declarou o chefe de Estado.

## Maioria do investimento para a TAP é português



O vice-presidente da bancada social-democrata, Luís Leite Ramos, sublinha que a maioria do investimento privado previsto para a TAP “é de um empresário português”, ao comentar a decisão do Governo em atribuir ao consórcio Gateway 61 por cento do capital da TAP. A maioria do capital é de um empresário português. Este aspecto que foi tantas vezes reclamado e exigido - manter a companhia em mãos de investidores portu-

gueses - hoje, infelizmente, ninguém reconheceu que este é um aspecto essencial pelo qual muitos se bateram e nós também”, afirmou.

O deputado congratulou-se ainda pela prevista compra de 53 novos aviões para a TAP por parte dos investidores, defendendo que esta “é a alternativa que permite à empresa garantir a estabilidade e a consistência do seu

projecto de desenvolvimento, fundamental para aquilo de que o país precisa - uma companhia de bandeira, que continue a ter o ‘hub’ [base de operações] em Lisboa e, sobretudo, a ter um contributo muito importante para o desenvolvimento do turismo”. “Proposta apresentada e seleccionada resolve o problema mais importante que é o da liquidez”, continuou, salientando os “quase 350 milhões de investimento no capital para garantir o seu desenvolvimento futuro”.

O Conselho de Ministros de 11 de Junho aprovou a selecção do agrupamento que irá adquirir as acções representativas de 61 por cento do capital social da TAP Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., as quais constituem objecto da venda directa de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa. Foi seleccionado o agrupamento Gateway, constituído pela sociedade HPGB, SGPS e pela DGN Corporation, atendendo ao maior mérito da sua proposta, em especial no que respeita à contribuição para o reforço da capacidade económico-financeira do Grupo TAP, ao projecto estratégico apresentado e ao valor global apresentado para a aquisição das acções representativas do capital social da TAP SGPS, S.A., e respectivas opções de venda e compra.



# Duarte Freitas está confiante na utilização civil da Base das Lajes



O presidente do PSD/Açores mostrou-se confiante nos resultados de um protocolo que está a ser trabalhado entre a Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) e a Força Aérea Portuguesa, “que pretende incrementar o uso civil da Base das Lajes, no que será um bom contributo para a economia da Ilha Terceira e dos Açores”.

Duarte Freitas falava à saída de uma reunião com o Comandante da Base Aérea n.º 4, nas Lajes, onde lembrou que “tem sido muito reivindicada a melhoria da utilização civil da Base das Lajes”, sendo que “estou convicto e seguro de que, a breve trecho, será possível

finalizar esse protocolo, que vai permitir ultrapassar muitos dos atuais constrangimentos que têm vindo a ser criticados”, explicou.

O líder social-democrata considerou que “este poderá ser um passo em frente para a melhoria das condições, e para a potenciação, da Base das Lajes ao serviço dos açorianos. Falamos da utilização civil da Base, assunto que está a ser tratado por um grupo de trabalho criado para o efeito”, acrescentou.

Segundo Duarte Freitas, “essa melhoria poderá traduzir-se num impacto muito positivo para a economia

local e regional, criando novas dinâmicas e aproveitando de outra forma as infra-estruturas e todo o potencial desta base e da sua localização”, referiu.

O presidente do PSD/Açores não quis deixar de prestar uma “justa homenagem” à Força Aérea Portuguesa, “pelo trabalho de extrema dedicação que tem realizado nos Açores, e que muitas vezes é esquecido. Quer seja ao nível da Busca e Salvamento, quer seja na Emergência Médica, por vezes, esquecemos o trabalho extraordinário que a Força Aérea faz nos Açores, tanto para os açorianos como para quem cruza os nossos mares e ares”.

## PSD/Açores pede esclarecimentos sobre o “preço do leite pago ao produtor”

O PSD/Açores considera que é urgente definir “quando o custo de produção de um litro de leite está acima do preço pago ao produtor. Essa é uma caracterização que deve ser feita por ilha, e que é essencial numa região ultraperiférica e desfavorecida como a nossa”, disse o deputado António Ventura.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata quer que o governo regional esclareça o sector sobre “o acompanhamento que faz da evolução do preço do leite pago ao produtor”, solicitando à tutela essa discriminação por ilha “sempre que o preço do leite pago pela indústria esteja abaixo dos custos necessários à sua produção”, adianta.

“Que medidas estão previstas quando os custos de produção do leite nas explorações estiverem acima do preço pago ao produtor?”, questiona o deputado, lembrando que “a continuada descida do preço do leite pago à produção e o aumento do preço dos principais factores de produção são dados adquiridos na realidade açoriana”.

António Ventura recorda que, em Abril, o Parlamento Regional aprovou, por unanimidade, uma iniciativa do PSD/Açores, “visando uma intervenção que compensasse o rendimento dos produtores face à continuada descida do preço do leite, principalmente em regiões desfavorecidas e ultraperiféricas. Da mesma forma, importa estabelecer na União Europeia mecanismos de regulação da oferta”, defende.

“O fim recente do sistema de quotas leiteiras está a ter repercussões negativas sobre o rendimento dos produtores de leite dos Açores, assim como junto das indústrias transformadoras e, genericamente, sobre a economia de toda a Região, daí a importância de haver dados concretos sobre toda a cadeia do sector do leite”, reforça o parlamentar. “O governo regional não pode continuar a governar às cegas, pois essa actuação tem trazido prejuízos para os Açores”, concluiu o deputado.





Número 612 • 28 de MAIO de 1986 • Preço 30\$00

# Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

## 13.º CONGRESSO NACIONAL CUMPRIR UM PROJECTO

O XIII Congresso Nacional do Partido Social-Democrata reúne em Lisboa nos dias 30 e 31 de Maio e 1 de Junho de 1986, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Alterações aos Estatutos;
  - b) Estratégia e linha política do Partido;
  - c) Eleição dos Órgãos Nacionais.
2. Os trabalhos do Congresso decorrerão com o seguinte horário:

### Dia 30 (6.ª feira)

15h00 Recepção.  
16h00 Início dos trabalhos com intervenção do Presidente da CPN.  
20h00 Jantar.  
21h30 Continuação da discussão e votação do ponto a) da OT.

### Dia 31 (sábado)

09h00 Discussão do ponto b) da OT.  
13h00 Almoço.  
15h00 Continuação dos trabalhos.  
20h00 Jantar.  
21h30 Continuação dos trabalhos

### Dia 1 (domingo)

10h00 Eleição dos Órgãos Nacionais.  
13h00 Almoço.  
16h00 Sessão de Encerramento.



## Homenagem do PSD ao Prof. Mota Pinto

O Partido Social Democrata, no dia do início do XIII Congresso Nacional, vai prestar homenagem à memória do seu antigo líder, prof. Carlos da Mota Pinto.

Assim, na sexta-feira, dia 30, pelas 12h, será celebrada missa de sufrágio na Igreja dos Salesianos, em Lisboa. Às 12.45h, na sede nacional, será descerrada uma lápide evocativa do estadista. A ambos os actos, promovidos pela Comissão Política Nacional, estará presente o líder do Partido, Prof. Cavaco Silva.

## IMPORTANTES CONCLUSÕES DO CONGRESSO DO PSD/MADEIRA

(Página 2)

### Cavaco Silva categórico

## ASSUMIMOS COMO PRIORITÁRIA A POLÍTICA DE JUVENTUDE



No passado dia 20, o Primeiro-Ministro empossou o Conselho Consultivo da Juventude proferindo, na ocasião, um importante discurso de conteúdo programático, que publicamos na pág. 4 desta edição

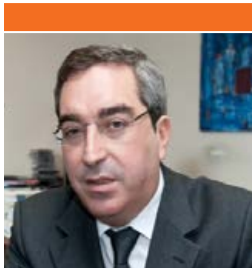
## Livros na Feira



A E.P.S.D — Editorial Progresso Social e Democracia, S.A.R.L. — está mais uma vez presente, este ano, na Feira do Livro de Lisboa. Os militantes e simpatizantes sociais democratas têm assim a oportunidade de até ao próximo dia 12 de Junho adquirirem a preços vantajosos qualquer das obras editadas pela EPSD.

Visite o pavilhão n.º 83 da Feira do Livro de Lisboa.





## Uma Nação Start Up

Jaime Quesado (\*)

A aposta numa Nação Start Up constitui um compromisso de mudança para Portugal. Tem que assentar numa verdadeira dimensão colaborativa de mobilização dos “Actores da Mudança” (Empresários, Académicos, Empreendedores) para uma acção de base colectiva de reinvenção estratégica da base competitiva nacional. Trata-se dum contributo que se pretende possa ter efeitos de alavancagem na percepção da necessidade de reinventar a Economia Nacional. Pretende-se consolidar uma ideia de marca, solidificar as bases de um projecto, protagonizar novas soluções com novas respostas para questões que teimam em ser as mesmas de há muito tempo a esta parte. O Start Up Portugal é a nova resposta para as perguntas que hoje existem na sociedade portuguesa.

Quando em 1994 Michael Porter elaborou o célebre Relatório, encomendado pelo Governo Português de então, o diagnóstico sobre o que fazer e as áreas estratégicas de actuação ficaram clarificadas. Dezassete anos depois, pouco foi feito, a situação competitiva degradou-se em termos globais e Portugal mais do que nunca tem pela frente a batalha da mudança estrutural. Assumidas as prioridades dum “Novo Paradigma” de Desenvolvimento para o país, a aposta numa “Agenda de Mudança” torna-se prioritária. Ou seja. Torna-se um imperativo nacional mobilizar um Contrato de Confiança para o Futuro, centrado em novas ideias e novas soluções para as quais toda a Sociedade Civil dê um contributo activo.

É importante por isso perceber que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas, é um contributo central para a correcção das graves assimetrias sociais e regionais que se têm acentuado. Falta por isso em Portugal um verdadeiro Choque Operacional capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O “novo paradigma” da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional. É sobre esse desígnio que o Start Up Portugal se propõe estabelecer um Novo Contrato de Confiança, dinamizar um Novo Projecto, promover uma Nova Marca.

Pretende-se com esta Iniciativa trazer a lume duas ideias centrais para uma Nova Ambição em Portugal – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da Inovação como factor de alavancagem de criação de valor de mercado. O Start Up Portugal assenta a sua base em Cinco Factores Críticos de Competitividade – *Instituições Abertas e Eficientes, Talentos e Excelência, Novos Modelos de Negócio e Redes Globais, Empreendedorismo e Capacidade Inovadora, Ética e Sustentabilidade*. São eles a base de uma Nova Aposta Estratégica para Portugal.

**(\*) Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade**



## Há que pôr um limite

Rosa Maria Arezes (\*)

António Costa recusa a inscrição na Constituição de uma regra que limite o endividamento do País.

Pudera! Se há coisa que os socialistas não suportam é que lhes falem em “limites”. Com o PS, não há limite para o populismo, nem para a demagogia, nem para a promessa fácil. Muito menos poderá existir o limite que os obrigue a pôr um travão na sua veia incorrigível para o despesismo, para a gestão meramente eleitoral do calendário político.

Com o PS não há limite. Dizem que resolverão tudo mais depressa do que ninguém, que com eles está seguro um mar de rosas e que o paraíso chegará com a viragem do ano. Por este andar, o seu descaramento sem limites ainda os vai levar a prometer o subsídio de Páscoa e tudo o mais que possa parecer agradar aos ouvidos do povo.

Em vez de oferecerem aos Portugueses razões para acreditar no amanhã, insistem nas mesmas ideias e nas mesmas pessoas que atolaram o País e que, em 2011, nos colocaram na iminência da bancarrota e na terrível emergência social que tão caro nos custou.

O socialista Martin Schulz, líder do Parlamento Europeu, referiu-se há dias a este caminho insensato, afirmando que “não é justo o que aconteceu” e destacando a fatura para os mais “jovens que vão ter de pagar as opções irresponsáveis de outras pessoas”.

Só que assim não entendem os socialistas lusos. É, aliás, dramático que, depois do que fizeram e do que sucedeu em 2011, não tenham aprendido nada. Persistem na ilusão, teimam em falar de cenários que sabem não existir, continuam a viver de frases feitas, de retóricas ocas, de chavões requentados.

O desvario sem limites é tal que se esquecem que não há almoços grátis. E que a “festa” tem um preço! É por isso que, por este andar, António Costa ainda vai acabar por admitir publicamente aquilo que já quase toda a gente percebeu: o PS promete a “TROIKA” de novo em Portugal!

Era o que eles fariam, em pouco tempo, se, porventura, o povo português lhes desse essa oportunidade. Porque o socialismo só dura enquanto há dinheiro. Aí é que está o verdadeiro limite cor-de-rosa que já por três vezes os obrigou a porem-se de joelhos e a pedir ajuda internacional.

Para este triste *record* socialista é que é preciso colocar um limite. Apostando na credibilidade, no reforço do investimento, na sustentabilidade do crescimento já em curso, na criação de riqueza e de emprego. Investindo em quem tem visão e liderança capaz de mobilizar os Portugueses com confiança e esperança.

Os socialistas não querem limites. Já nos puseram três vezes na dependência das instâncias internacionais. Não podemos permitir que isso volte a acontecer. Contra a vontade do PS e de António Costa, há que colocar um limite nesta loucura e impedir que Portugal volte às políticas de 2011.

Em vez do regresso da “Troika” e da austeridade, em vez do endividamento e do aventureirismo irresponsável, o País precisa, isso sim, de aprofundar o caminho que está a ser trilhado. Porque só há um caminho: “Portugal à Frente!”

**(\*) Deputada do PSD à Assembleia República**



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Partido Social Democrata de Arganil, para reunir no próximo dia 28 de Junho de 2015 (Domingo), pelas 16h00, na Casa do Povo, sito em Vila Cova do Alva, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

### BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os Militantes do Partido Social Democrata, Secção de Barcelos, para reunirem em Plenário no próximo dia 26 de Junho, Sexta-feira, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270, 1º D, Barcelos, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações pela Comissão Política da Secção
- 2 - Análise da situação político-partidária

### NÚCLEO DE BAIRRO / VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia do núcleo de Bairro - Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2015, (Sábado) pelas 15h00, na sede do PSD de Bairro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00

### NÚCLEO DE BARROSELAS (RECTIFICAÇÃO À CONVOCATÓRIA)

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Núcleo de Barrocelas, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no centro social e cultural de Barrocelas, que sita na Rua do Alambique, número 191.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00 no Centro Social e Cultural de Barrocelas

### NÚCLEO DE RIBEIRÃO / VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia do núcleo de Bairro - Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 22 de Julho de 2015, (quarta-feira) pelas 18h30, na sede da Junta de freguesia de Ribeirão, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h30 às 20h30

### PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela, para reunir, no próximo dia 22 de Julho de 2015 (quarta-feira), entre as 18h00 e as 20h00, no gabinete da Vereação do PSD na Câmara Municipal de Palmela, sito na Rua Luís de Camões, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos Órgãos da Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Comissão Política de Secção

Notas:

- Para efeitos de recepção de candidaturas a Sede Distrital encontra-se aberta de 2ª a 6ª feira, das 15h00 às 18h00 e no dia 17 de Julho até às 24h00.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

### PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 26 de Junho de 2015, (sexta), pelas 21h30 no Auditório da Junta de Freguesia de Paranhos, sito na R. Álvaro Castelões, 811, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 Análise da Situação Política

### SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir no próximo dia 18 de Junho de 2015 (quinta-feira) pelas 21h00 na sede da secção, sita na Rua do M.F.A, nº 11, Amora com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da Situação Política

3 - Outros assuntos

### VEISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viseu, para reunir no próximo dia 22 de Junho de 2015, (segunda-feira) pelas 21h00, no Solar do Peixotos (Edifício da Assembleia Municipal de Viseu), com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

3 - Os Desafios do poder local na legislatura 2015/2019



### JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA DISTRICTAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia de Abrantes da JSD, para o dia 18 de julho de 2015, pelas 16h, na sede do PSD de Abrantes, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia de Abrantes.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Abrantes, sita na rua Rua de São Pedro, 22 - 1º A, 2200 - 398 Abrantes, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 16h e as 18h.

### CONSELHO DISTRICTAL DA JSD ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Évora para reunir no próximo dia 26 de Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 16h30, na sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Eleições Legislativas 2015;

3 - Análise da situação política;

4 - Outros assuntos.

### CONSELHO DISTRICTAL DE LISBOA

Nos termos dos Estatutos da JSD e Regulamento dos Conselhos Distritais, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Lisboa AM, para reunir no próximo dia 25 de Junho, pelas 20h30, na sede Distrital do PSD, Praça São João Bosco 3-B, Lisboa 1350-295 LISBOA, com a seguinte ordem de trabalho:

1- Informações;

2 - Análise da situação política;

3- Outros Assuntos.

### FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Fundão, para reunir extraordinariamente no próximo dia 17 de Julho de 2015, pelas 18 horas, (Sexta-feira), na Sede do PSD Fundão, sita no Bairro do Espírito Santo, Rua dos Restauradores, lote n.º 10 - R/c, Fundão, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Votação de uma Moção de Censura à Comissão Política Concelhia e à Mesa do Plenário Concelhio.